

DESAFIOS E PRÁTICAS INCLUSIVAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO - PB

Jeferson Leite da Costa Nunes ¹
Monalisa da Silva e Silva ²
Erivânio Bezerra Queiroz de Freitas ³
Daiana Estrela Ferreira Barbosa ⁴

RESUMO

O presente artigo investiga a oferta da Educação Especial em escolas estaduais do município de Monteiro no estado da Paraíba, sob a ótica da Educação Inclusiva. Foram visitadas três escolas de Ensino Médio, para entender como a Educação Especial é ofertada, implementada e quais são os desafios e práticas desenvolvidas nessa área. Como instrumento para coleta de dados, utilizamos um formulário aberto com dez questões buscando conhecer tanto a infraestrutura educacional para acolher alunos com deficiência como também o preparo dos profissionais da educação para ministrar aulas para esses alunos. As conclusões gerais indicam que as escolas estão comprometidas com a inclusão de alunos com necessidades especiais, oferecendo Atendimento Educacional Especializado e recursos multifuncionais. Observou-se a presença de cuidadores educacionais e a realização de formações específicas para professores na área da Educação Especial. Além disso, as escolas contam com recursos pedagógicos variados, tanto assistivos quanto não assistivos, e promovem a participação ativa das famílias no processo educacional. No entanto, a pesquisa também revelou desafios, como a resistência de alguns responsáveis e professores ao processo de inclusão desses estudantes e a necessidade de melhorias contínuas no ensino-aprendizagem, principalmente, relacionada à disciplina de matemática. A colaboração entre a escola, a família e a comunidade é fundamental para superar esses obstáculos e promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Através deste estudo, fica evidente que, apesar dos avanços, ainda há um caminho significativo a ser percorrido para que a Educação Especial alcance seu pleno potencial nas escolas estaduais de Monteiro.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Escolas.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional representa um dos grandes desafios da atualidade. No contexto das escolas estaduais do município de Monteiro - PB, esse desafio se torna ainda mais evidente, exigindo práticas inclusivas eficazes e adaptações significativas. Nesta perspectiva, este trabalho se propõe a investigar os desafios e as práticas inclusivas nas escolas pesquisadas, com foco na oferta da Educação Especial.

¹ Graduando do Curso de Matemática da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, jeferson.leite@aluno.uepb.edu.br;

² Graduada do Curso de Matemática da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, monalisa.silva@aluno.uepb.edu.br;

³ Graduando do Curso de Matemática da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, erivanio.freitas@aluno.uepb.edu.br;

⁴ Professora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Doutoranda em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Rural de Pernambuco – UFRPE, daianaestrela@servidor.uepb.edu.br.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa garantir o acesso, permanência e sucesso dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema educacional. Nesse sentido, compreender sua oferta, implementação e estratégias para inclusão é fundamental. Isso envolve desde a identificação das necessidades específicas de cada aluno até a criação de um ambiente educacional inclusivo, promovendo o desenvolvimento pleno de todas as crianças, independentemente de suas diferenças.

Este estudo se justifica pela importância em compreender as práticas inclusivas nas escolas estaduais de Monteiro - PB, visando identificar tanto os avanços quanto os desafios enfrentados nesse processo. Ao compreender esses aspectos, será possível pensar medidas e estratégias que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

Diante do exposto, esta pesquisa objetiva investigar como a Educação Especial é ofertada nas escolas estaduais de Monteiro - PB, identificar os desafios enfrentados nessa área e analisar as práticas inclusivas adotadas nessas instituições. Para alcançar tais objetivos, realizamos uma pesquisa de campo em três escolas de Ensino Médio, utilizando formulários como instrumento de coleta de dados.

A metodologia adotada neste estudo é de cunho qualitativo, uma vez que busca aprofundar a compreensão sobre o tema investigado. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela natureza complexa do fenômeno em estudo, que demanda uma análise detalhada das práticas e dos desafios enfrentados pelas escolas. Além disso, optamos por um estudo de campo, o que nos permitiu uma observação direta das práticas inclusivas adotadas nas escolas.

Ao longo deste trabalho, apresentamos os resultados obtidos na pesquisa, bem como uma discussão sobre os desafios e as perspectivas para a Educação Especial nas escolas estaduais de Monteiro - PB. Por fim, destacamos a importância de se promover uma educação inclusiva e de qualidade, enfatizando a necessidade de colaboração entre escola, família e comunidade para superar os desafios e garantir o pleno desenvolvimento de todos os alunos.

Apesar dos avanços evidenciados, foi possível perceber que ainda há um caminho significativo a ser percorrido para garantir que a Educação Especial alcance seu pleno potencial nas escolas estaduais de Monteiro. O compromisso com a inclusão deve ser contínuo, visando proporcionar um ambiente escolar mais diverso, acolhedor e propício ao desenvolvimento integral de todos os alunos.

METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa para investigar a oferta da Educação Especial em escolas estaduais do município de Monteiro, Paraíba, sob a perspectiva da Educação Inclusiva. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 33), a pesquisa qualitativa não se concentra na representatividade numérica, mas sim no aprofundamento da compreensão de um grupo social ou uma organização. Além disso, para Gerhardt e Silveira (2009, p. 34), os pesquisadores que empregam métodos qualitativos buscam entender o porquê das coisas, sem quantificar os valores e sem necessariamente comprovar fatos.

Além da abordagem qualitativa, esta pesquisa configura-se como um estudo de campo. Conforme Gil (2002, p. 53), o estudo de campo prioriza a investigação profunda das questões propostas, em detrimento da simples categorização de características populacionais por meio de variáveis. Essa característica confere ao planejamento do estudo de campo um caráter mais flexível, permitindo adaptações nos objetivos durante o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa foi conduzida na cidade de Monteiro, Paraíba, situada no cariri ocidental. O município se destaca na área educacional, abrigando dois grandes centros, o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), além de três escolas estaduais e vinte e uma municipais. O foco foi analisar a Educação Especial nas escolas estaduais, compreendendo o número de alunos com deficiência, os tipos de deficiência, os materiais usados no processo de ensino-aprendizagem e outras questões relacionadas à dinâmica educacional dos alunos que necessitam do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para a coleta de dados em escolas de Ensino Médio participantes da pesquisa, optou-se por um formulário estruturado que, seguindo a definição de Gil (2002, p. 104), é construído a partir de questões pré-definidas pelo pesquisador. Foram formuladas dez questões com o objetivo de obter informações sobre a infraestrutura educacional disponível para alunos com deficiência, o nível de preparo dos profissionais da educação para lidar com esses alunos e as práticas inclusivas implementadas nas escolas. O formulário englobou aspectos como a adaptação curricular e o suporte oferecido aos estudantes com necessidades especiais.

Inicialmente, três escolas de Ensino Médio foram convidadas a participar da pesquisa. No entanto, apenas duas escolas participaram, fornecendo os dados para análise. A terceira escola alegou indisponibilidade dos gestores para responder ao questionário, por falta de tempo, impossibilitando a coleta de dados nesse local. O processo de coleta de dados envolveu a distribuição dos formulários entre os participantes da pesquisa, incluindo diretores e professores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Foi assegurado o anonimato e a confidencialidade das respostas. Após a coleta dos formulários

preenchidos, os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, identificando categorias, temas e padrões emergentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Inclusiva, como defendido por Bürkle (apud Silva; Carneiro, 2016), propõe que todas as crianças, independentemente de suas características, estejam na escola, em classe comum, beneficiando-se de um ensino de qualidade, atendendo ao princípio de Educação para Todos. Essa perspectiva, embora inspiradora, enfrenta desafios na prática, como a necessidade de adaptações curriculares e de recursos pedagógicos específicos para atender às necessidades de cada estudante.

A inclusão não se resume apenas à presença física do aluno na sala de aula, mas exige um esforço conjunto de toda a comunidade escolar para garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade e que atenda às suas necessidades individuais. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige, portanto, uma mudança de paradigma, com investimento em formação de professores, adaptação de espaços físicos e desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a participação e o aprendizado de todos os alunos.

A Educação Especial configura-se como modalidade educacional destinada a alunos com deficiência, independentemente de sua natureza, com o objetivo de promover a qualidade da aprendizagem e atender às suas necessidades específicas. A Declaração de Salamanca (1994), um marco na luta pela inclusão, preconiza que as escolas garantam o atendimento às necessidades especiais de cada aluno com deficiência, assegurando o direito à educação de qualidade para todos (Baptista, 2019, p. 8). No contexto brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), no Artigo 59, define que a Educação Especial atende aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Em nível municipal, a Lei Complementar nº 018/2011 de Monteiro-PB (Monteiro, 2011) define diretrizes específicas para a oferta da Educação Especial na rede municipal de ensino. A legislação local destaca a garantia de atendimento educacional gratuito aos educandos com necessidades especiais, na rede regular de ensino, através de programas de apoio específico (Artigo 6º, inciso IV). Além disso, o Artigo 7º assegura aos educandos com necessidades especiais, matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, currículos, métodos, técnicas, recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados às suas necessidades, bem como professores capacitados para a inclusão desses alunos.

No âmbito nacional, o golpe militar de 1964 desencadeou uma revisão das diretrizes educacionais, culminando na Lei Educacional nº 5.692 de 1971, que instituiu a escolarização obrigatória por oito anos. Essa lei, considerada um marco na evolução da Educação Especial, ampliou o escopo da modalidade, passando a abranger não apenas os alunos com deficiência, mas também aqueles com dificuldades de aprendizagem, expressas na ideia de atraso considerável em relação à idade regular de matrícula (Kassar, 2011 apud Baptista, 2019).

A Educação Especial, como modalidade de ensino presente nas escolas de educação básica públicas e privadas, tem como objetivo primordial promover a auto-realização do aluno, configurando-se como um direito constitucionalmente garantido. A partir de 2008, o Brasil vivenciou um avanço significativo nesse campo, impulsionado pela intensificação de diretrizes que visavam à ampliação da escolarização de alunos com deficiência e à valorização do ensino comum. A aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) consolidou esse movimento (Baptista, 2019).

Essa intensificação de políticas públicas resultou em efeitos perceptíveis, com destaque para o aumento progressivo dos índices de matrícula de alunos com deficiência em classes regulares do ensino comum, ou seja, em salas de aula com alunos sem deficiência. Conforme apontam Rebello e Kassar (2018, p. 291 apud Baptista, 2019), “o número de matrículas de alunos da Educação Especial aumentou em todas as regiões no período entre 2007 a 2014”. Os dados do Censo Escolar do INEP de 2017 (Brasil, 2017 apud Baptista, 2019) corroboram esse crescimento, indicando a predominância da escolarização em escolas municipais (quase 50% do total de matrículas) e um percentual de 90% de alunos com deficiência incluídos no ensino comum.

Os avanços na inclusão de alunos com deficiência no ensino regular demonstram que a concretização de políticas públicas eficazes nessa área depende intrinsecamente da sensibilidade e do compromisso dos gestores públicos. Para que a inclusão de fato ocorra, é fundamental haver sinergia entre as ações governamentais em seus diversos níveis e os programas ministeriais direcionados à educação.

Nesse sentido, a ampliação das diretrizes legais, com destaque para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), representou um passo crucial ao assegurar a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE, enquanto suporte complementar ao ensino regular, visa oferecer os recursos e apoio necessários para que alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento possam participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem em conjunto com seus pares.

A política de inclusão no âmbito da Educação Especial Brasileira impulsionou transformações epistemológicas significativas, deslocando a análise do fenômeno da deficiência para uma perspectiva que incorpora elementos como classe, gênero e raça. Essa mudança de paradigma conduziu a uma abordagem mais abrangente, que transcende a visão isolada da deficiência e se ancora nos princípios de direitos humanos, justiça social e modelo social da deficiência. Conforme destacam Diniz et al. (2009, p. 69 apud Pletsch, 2020, p. 58), essa perspectiva “permitiu o deslocamento do tema da deficiência dos espaços domésticos para a vida pública. A deficiência não é mais matéria de vida privada ou de cuidados familiares, uma questão de justiça”.

Nesse sentido, como destaca Pletsch (2020, p. 58), o modelo social da deficiência proporciona um novo olhar sobre a temática, permitindo compreender o processo de desigualdade que afeta pessoas com diferentes tipos de impedimentos. Ao invés de abordar a deficiência como uma problemática individual, o modelo social evidencia como a própria estrutura social, permeada por preconceitos e barreiras, discrimina e oprime esses indivíduos, reforçando a cultura da normalidade. A busca por essa compreensão social, mais crítica e abrangente, não tem como objetivo negar a deficiência em si, pois ela continuará existindo. Trata-se, antes de tudo, de evitar que a existência humana seja resumida a essa condição, promovendo a inclusão e o reconhecimento da dignidade inerente a cada indivíduo.

No campo da Educação Especial, ainda se observam perspectivas divergentes em relação ao seu papel. Para alguns, a Educação Especial permanece associada à ideia de serviços segregados, enquanto outros já superaram essa visão, reconhecendo-a como um campo dedicado à promoção da inclusão e do acesso à educação para todos os alunos. Essa dicotomia de pensamento reflete uma espécie de “crise de identidade” que permeia a área. Historicamente, professores e pesquisadores, muitas vezes, centralizaram suas atenções nas características biológicas das deficiências, negligenciando a importância de se compreender as condições sociais que influenciam a experiência humana de alunos com deficiência (Pletsch, 2020, p. 58-59).

Visando conhecer a produção acadêmica recente sobre o campo da Educação Inclusiva e da Educação Especial na comunidade pesquisada, realizamos um levantamento bibliográfico no Repositório da Biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), utilizando como palavras-chave "Educação Inclusiva" e "Educação Especial", com recorte temporal de 2022 a 2023. A busca retornou trabalhos relevantes em ambas as temáticas. Em relação à Educação Inclusiva, foram encontrados quatro trabalhos, sendo um publicado em 2022 e três em 2023, abordando temas como Discalculia e Autismo. Já na temática de Educação Especial,

identificou-se um trabalho publicado em 2023, intitulado "A visão de professores de matemática com relação ao autismo no ensino fundamental II e médio".

Essa busca, embora inicial, sinaliza um aumento significativo na quantidade de pesquisas sobre Educação Especial e Educação Inclusiva no ensino superior. Tal crescimento pode estar relacionado à crescente necessidade de se desenvolverem metodologias adequadas para alunos com necessidades especiais, bem como à demanda por profissionais qualificados para atuar nesse contexto. No entanto, apesar do avanço observado, é crucial que novas pesquisas sejam realizadas, aprofundando o debate e fomentando a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção apresenta os resultados da pesquisa sobre a oferta da Educação Especial em escolas estaduais de Monteiro-PB, sob a perspectiva da Educação Inclusiva. Conforme descrito na metodologia, a coleta de dados se deu por meio de formulários aplicados em duas escolas de Ensino Médio, visto que a terceira escola, apesar de ter sido convidada a participar da pesquisa, não disponibilizou as informações solicitadas. A análise detalhada dos dados obtidos nessas duas escolas é apresentada a seguir.

Alunos com Necessidades Especiais e a disponibilidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A Escola 1 atende um número significativo de alunos com necessidades especiais (22), demonstrando um compromisso com a inclusão e com a oferta de um ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas diferenças. A diversidade de deficiências presentes, como Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Visual (DV), Deficiência Múltipla (DM) – quando a pessoa tem duas ou mais deficiências associadas – e Transtorno do Espectro Autista (TEA), exige da equipe escolar um olhar atento às particularidades de cada aluno e à necessidade de flexibilizar o currículo e as metodologias de ensino para atender às suas demandas específicas. Essa prática se alinha com a Declaração de Salamanca (1994), que enfatiza a importância de as escolas atenderem às necessidades especiais de cada aluno com deficiência, garantindo uma educação de qualidade para todos.

Apesar de um número menor de alunos com necessidades especiais (8), a Escola 2 também demonstra compromisso com a inclusão. A instituição reconhece a importância de

atender às necessidades individuais de cada aluno, oferecendo atendimento individualizado na sala de AEE, o que corrobora o proposto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que destaca o AEE como um suporte fundamental para complementar o ensino de alunos com deficiências.

Cuidadores Educacionais e Recursos Pedagógicos

A Escola 1 conta com 5 cuidadores educacionais que atendem às necessidades dos alunos com relação à alimentação, locomoção e higiene. Além disso, a instituição disponibiliza diversos recursos pedagógicos, incluindo TA (Tecnologia Assistiva) e não assistiva, eletrônicos e não eletrônicos, recursos didáticos e jogos.

Em contrapartida, a Escola 2 ainda não possui cuidadores educacionais, mas a solicitação para sua contratação já foi feita. Apesar disso, a instituição disponibiliza recursos pedagógicos como jogos, TV e materiais específicos para o atendimento especializado, evidenciando um esforço para suprir as necessidades dos alunos com deficiência enquanto aguarda a implementação dos cuidadores educacionais.

Solicitação de Recursos e Projeto Político Pedagógico (PPP)

A solicitação de recursos tecnológicos na Escola 1 é feita através do Censo Escolar, de acordo com as deficiências dos alunos. Já os recursos didáticos são solicitados à direção pelos professores do AEE. O PPP da escola contempla a modalidade de ensino especial, com a realização de reuniões com todos os professores para a construção e elaboração de estratégias para a melhoria do ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

No caso da Escola 2, a solicitação de recursos pedagógicos específicos é feita para atender às necessidades dos alunos com deficiência. O PPP da escola contempla a modalidade de ensino especial, com a realização de reuniões com os professores para a construção e elaboração de estratégias para a inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Formação dos Professores e Participação da Família

Os professores da Escola 1, que ministram aulas para alunos com necessidades especiais, são capacitados em Educação Especial, atendendo às exigências da Gerência Regional de Ensino. Além disso, a escola realiza encontros periódicos com as famílias, visando discutir o progresso dos alunos e garantir o envolvimento ativo no processo educativo.

Na Escola 2, os professores que ensinam alunos com necessidades especiais também possuem formação especializada na área. Além disso, a escola promove a participação das famílias por meio de tutorias, realizando encontros periódicos para acompanhar o desenvolvimento dos alunos e envolver os pais no processo educativo.

Dificuldades e Perspectivas

Na Escola 1, enfrenta-se uma resistência considerável por parte de alguns responsáveis e professores à inclusão dos alunos com necessidades especiais, o que representa sua principal dificuldade. A resistência à inclusão, como apontado por Bürkle (apud Silva; Carneiro, 2016), demonstra que a perspectiva inclusiva, embora avance em legislação e políticas públicas, ainda encontra barreiras na prática, reforçando a necessidade de ações de sensibilização e formação continuada para a comunidade escolar. Contudo, a instituição está empenhada em superar esses obstáculos por meio do trabalho do professor do AEE, que implementa ações direcionadas para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem e assegurar a inclusão plena de todos os alunos.

Já na Escola 2, a falta de formação adequada dos profissionais da educação para lidar com alunos com necessidades especiais emerge como o principal desafio. A falta de formação adequada dos profissionais da educação, como apontado pela pesquisa, corrobora a necessidade de investimentos em formação continuada na área de Educação Especial, como forma de instrumentalizar os professores para a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Reconhecendo essa carência, a escola está em busca de soluções, investindo em cursos especializados na área da Educação Especial para capacitar os professores e melhorar a qualidade do atendimento aos alunos com deficiência.

Recursos e Estratégias de Ensino da Matemática para Alunos com Necessidades Especiais

Na Escola 2, ao questionarmos sobre os recursos disponíveis para os alunos que necessitam do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o estudo de Matemática, obtivemos a resposta de que são utilizados jogos, empregados em momentos dinâmicos com a professora responsável. Essa abordagem indica uma estratégia interativa e prática para o ensino da disciplina, favorecendo a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais ao tornar o conteúdo mais acessível e estimulante. A utilização de jogos como ferramenta pedagógica se mostra relevante para o processo de ensino-aprendizagem, principalmente para alunos com necessidades especiais, tornando o aprendizado mais significativo e prazeroso.

Por outro lado, na Escola 1, não foi possível obter essa informação específica sobre os recursos disponíveis para os alunos que precisam do AEE para o estudo de Matemática. A ausência dessa resposta sugere a necessidade de uma avaliação mais detalhada sobre os recursos pedagógicos e estratégias utilizadas na escola para atender às necessidades específicas desses alunos em relação à disciplina de Matemática. A falta de informações sobre os recursos para o ensino de matemática para alunos com necessidades especiais na Escola 1 levanta um questionamento sobre a aplicação prática da inclusão nesse contexto específico, evidenciando a necessidade de ampliar o olhar para as especificidades de cada disciplina.

Análise geral

Ao analisar as respostas dos formulários observamos o compromisso das escolas pesquisadas com a Educação Especial, com a oferta de diversos recursos e serviços para atender às necessidades dos alunos com deficiência. No entanto, alguns desafios ainda persistem, como a resistência à inclusão, a falta de formação dos profissionais e a necessidade de melhorias na infraestrutura das escolas.

A resistência por parte de alguns responsáveis e professores à inclusão de alunos com necessidades especiais é um desafio que precisa ser superado através de ações de sensibilização e conscientização sobre a importância da diversidade e da equidade no ambiente escolar. É fundamental promover a compreensão de que a inclusão beneficia todos os alunos, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais rico e diverso.

A formação dos profissionais da educação é um aspecto crucial para o sucesso da inclusão. É necessário que os professores recebam formação continuada em Educação Especial, com foco em metodologias de ensino e aprendizagem adequadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou os desafios e as práticas inclusivas na oferta de Educação Especial em escolas estaduais do município de Monteiro-PB, com base na perspectiva da Educação Inclusiva. A pesquisa revelou um comprometimento significativo das instituições educacionais em atender alunos com necessidades especiais, evidenciado pela disponibilização de Atendimento Educacional Especializado (AEE), cuidadores educacionais, e recursos pedagógicos variados. Além disso, a formação específica de professores e a participação ativa das famílias no processo educacional demonstram esforços contínuos em promover uma educação de qualidade e inclusiva.

Entretanto, o estudo também destacou desafios persistentes que precisam ser superados para alcançar uma inclusão plena. A resistência de alguns responsáveis e professores ao processo inclusivo e a necessidade de formação continuada dos profissionais são obstáculos que exigem atenção. Ademais, a carência de recursos específicos, especialmente para o ensino de disciplinas como matemática, aponta para a necessidade de um investimento contínuo em infraestrutura e materiais pedagógicos adequados.

Nessa perspectiva, a colaboração entre escola, família e comunidade se mostrou essencial para o sucesso da inclusão. As práticas inclusivas devem ser fortalecidas por meio de políticas públicas eficazes, formação contínua dos educadores e ações de sensibilização para superar resistências e promover uma cultura escolar que valorize a diversidade e a equidade.

Este estudo evidencia que, embora avanços significativos tenham sido alcançados, ainda há um caminho a percorrer para que a Educação Especial nas escolas estaduais de Monteiro-PB alcance seu pleno potencial. A Lei Municipal Complementar nº 018/2011, que define diretrizes para a Educação Especial no município, demonstra um passo importante na busca por uma educação inclusiva. No entanto, a continuidade do compromisso com a inclusão, o investimento em práticas pedagógicas e recursos adequados, e o monitoramento da efetiva implementação da legislação são fundamentais para garantir um ambiente escolar acolhedor e propício ao desenvolvimento integral de todos os alunos.

É importante reconhecer que a presente pesquisa possui limitações. A impossibilidade de coletar dados em uma das escolas inicialmente contatada, devido à indisponibilidade dos gestores, pode ter influenciado os resultados e a capacidade de generalizar as conclusões para todas as escolas estaduais de Monteiro-PB. Pesquisas futuras com um número maior de participantes são recomendadas para aprofundar a análise sobre o tema.

Nesse sentido, futuros estudos poderão expandir essa investigação para outras localidades e níveis de ensino, além de explorar novas estratégias pedagógicas que possam contribuir para uma prática inclusiva mais eficaz. A pesquisa contínua e a troca de experiências entre as diversas partes envolvidas são essenciais para construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. **Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, e217423, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/8FLTQYvVChDcF77kwPHtSww/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 de maio de 2024.

SILVA, S. S. da; CARNEIRO, R. U. C. **Inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial: como se dá o trabalho pedagógico do professor no ensino fundamental I?**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.11, n.esp. 2, p.935-955, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.21723/riace.v11.esp2.p935-955>. E-ISSN: 1982-5587. Acesso em: 16 de maio de 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MONTEIRO. Lei Complementar nº 018/2011. Institui o Sistema Municipal de Ensino de Monteiro, e dá outras providências. Monteiro, 21 jan. 2011. Disponível em: https://www.monteiro.pb.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/file_2021072712507zOB.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

PLETSCH, M. D. **O que há de especial na Educação Especial brasileira?** Momento: diálogos em educação, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr. 2020. E-ISSN 2316-3110. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357/7600>. Acesso em: 22 de maio de 2024.